

**BANCO COMERCIAL DO
ATLÂNTICO, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em 31 de
Dezembro de 2010 acompanhadas do
Relatório de Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (“Banco” ou “BCA”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, que evidencia um total de mCve. 65.632.524 e capitais próprios de mCve. 2.841.398, incluindo um resultado líquido de mCve. 701.268, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas 1 a 38).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Portuguesa, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfases

5. Conforme descrito na Nota 14, em 31 de Dezembro de 2010 o Banco tem registadas bonificações a receber reclamadas desde 2003 no montante de mCve. 683.709 (mCve. 612.548 em 31 de Dezembro de 2009). No exercício de 2010, o Banco recebeu o relatório preliminar de uma auditoria externa incidente sobre o regime de crédito bonificado para apurar a dívida do Estado para com o BCA relativa a bonificações das taxas de juro, o qual questiona a elegibilidade de um conjunto de operações, com base numa amostra de créditos bonificados concedidos desde 1994. O Banco contestou as conclusões deste relatório, e segundo indicação da Direcção Geral do Tesouro os referidos valores de bonificações reclamadas não podem ser confirmados, dado aguardar-se a resolução do contraditório enviado pelo BCA. O Conselho de Administração do Banco mantém o entendimento que os valores reclamados se encontram devidamente suportados e em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, pelo que considera as bonificações a receber integralmente recuperáveis, tendo ainda em consideração que as bonificações reclamadas até ao exercício de 2007, no montante de mCve. 443.593, foram confirmadas pela Direcção Geral do Tesouro em anos anteriores em resposta a carta de circularização de auditoria.
6. Conforme descrito na Nota 13, as Autoridades Fiscais de Cabo Verde efectuaram um conjunto de correcções à matéria colectável do Banco dos exercícios de 2008 e 2009, que incluíram a não aceitação dos custos do exercício com pensões e, em 2009, da variação patrimonial relativa aos ajustamentos de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro relativos a pensões e assistência médica. O Banco não reconheceu quaisquer custos relativos a estas correcções, dado ser entendimento do Conselho de Administração e dos seus consultores fiscais que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, pelo que já contestou as referidas correcções. Em 31 de Dezembro de 2010 o impacto total da contingência não provisionada associada a estas correcções ascende a cerca de mCve. 600.000, tal como explicado em maior detalhe na Nota 13.
7. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 são apresentadas para efeitos comparativos. O Relatório de Auditoria sobre as mesmas, datado de 26 de Abril de 2010, inclui ênfases sobre o assunto descrito no parágrafo 5 acima e sobre o impacto de adopção em 2009 das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Lisboa, 9 de Abril de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2010		2009		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2010	2009
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	5.862.769	-	5.862.769	9.650.707	Recursos de outras instituições de crédito	15	331.099	500.928
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	755.890	-	755.890	348.608	Recursos de clientes e outros empréstimos	16	55.660.994	53.187.265
Activos financeiros disponíveis para venda	5	6.132.340	(10.841)	6.121.499	6.780.837	Provisões	17	5.396.331	5.452.071
Aplicações em instituições de crédito	6	5.745.534	-	5.745.534	1.418.524	Passivos por impostos correntes	13	71.951	17.735
Títulos de dívida pública	7	5.293.748	-	5.293.748	5.226.315	Passivos por impostos diferidos	13	55.080	67.296
Crédito a clientes	8	40.251.839	(2.470.746)	37.781.093	36.049.412	Outros passivos subordinados	18	499.544	-
Propriedades de investimento	9	2.926	-	2.926	2.926	Outros passivos	19	776.127	812.868
Outros activos tangíveis	10	3.186.137	(1.417.981)	1.768.156	1.540.302	Total do passivo		<u>62.791.126</u>	<u>60.038.163</u>
Activos intangíveis	11	196.870	(181.078)	15.792	23.939				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	203.774	-	203.774	161.210	Capital	20	1.318.648	1.318.648
Activos por impostos correntes	13	268.165	-	268.165	-	Reservas de reavaliação	21	(368.565)	294.873
Activos por impostos diferidos	13	284.007	-	284.007	378.676	Outras reservas e resultados transitados	21	1.190.047	700.349
Outros activos	14	1.716.172	(187.001)	1.529.171	1.366.360	Resultado do exercício	21	701.268	595.783
						Total do capital próprio		<u>2.841.398</u>	<u>2.909.653</u>
Total de activos		<u>69.900.171</u>	<u>(4.267.647)</u>	<u>65.632.524</u>	<u>62.947.816</u>	Total do passivo e do capital próprio		<u>65.632.524</u>	<u>62.947.816</u>

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros e rendimentos similares	22	3.770.831	3.623.467
Juros e encargos similares	23	(1.306.182)	(1.271.154)
MARGEM FINANCEIRA		<u>2.464.649</u>	<u>2.352.313</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	24	245.732	259.524
Rendimentos com serviços e comissões	25	339.157	329.639
Encargos com serviços e comissões	25	(46.235)	(39.812)
Resultados de reavaliação cambial	26	135.158	117.605
Resultados de alienação de outros activos	27	2.459	4.253
Outros resultados de exploração	28	160.203	184.372
PRODUTO BANCÁRIO		<u>3.301.123</u>	<u>3.207.894</u>
Custos com pessoal	29	(1.289.978)	(1.184.506)
Gastos gerais administrativos	31	(708.514)	(694.140)
Amortizações do exercício	10 e 11	(167.004)	(156.165)
Provisões líquidas de reposições e anulações	17	(49.652)	-
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	(264.304)	(494.845)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	(17.487)	(13.288)
Resultados em empresas associadas	12	29.380	26.648
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>833.564</u>	<u>691.598</u>
Impostos sobre lucros			
Correntes	13	(54.216)	(17.735)
Diferidos	13	(78.080)	(78.080)
		<u>(132.296)</u>	<u>(95.815)</u>
Resultado do Exercício		<u>701.268</u>	<u>595.783</u>
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.324.765	1.250.025
Resultado por acção		0,52935	0,47662

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Variação no exercício	(663.539)	(88.385)
Efeito fiscal	101	(303)
Alterações nos investimentos em associadas		
Variação ocorrida no exercício	17.546	2.516
Efeito fiscal	(4.474)	(642)
Outros	-	6.150
 Total do rendimento integral do exercício reconhecido em reservas e resultados transitados	<u>(650.366)</u>	<u>(80.664)</u>
 Resultado líquido do exercício	701.268	595.783
 Total do rendimento integral do exercício	<u><u>50.902</u></u>	<u><u>515.119</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Capital	Reserva de Reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total
			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 - pró-forma	1.000.000	383.561	411.668	821.449	(1.098.392)	134.725	2.417.316
Aumento de capital	324.765	-	-	-	-	-	324.765
Despesas com aumento de capital	(6.117)	-	-	-	-	-	(6.117)
Distribuição do resultado do exercício de 2008:							
Incorporação em reservas	-	-	97.551	536.533	-	634.084	(634.084)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(341.430)	(341.430)
Resultados transitados	-	-	-	-	(76.484)	76.484	-
Rendimento integral do exercício	-	(88.688)	-	8.024	-	595.783	515.119
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>1.318.648</u>	<u>294.873</u>	<u>509.219</u>	<u>1.366.006</u>	<u>(1.174.876)</u>	<u>595.783</u>	<u>2.909.653</u>
Distribuição do resultado do exercício de 2009:							
Incorporação em reservas	-	-	59.578	417.048	-	476.626	(476.626)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(119.157)	(119.157)
Rendimento integral do exercício	-	(663.438)	-	13.072	-	701.268	50.902
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>1.318.648</u>	<u>(368.565)</u>	<u>568.797</u>	<u>1.796.126</u>	<u>(1.174.876)</u>	<u>701.268</u>	<u>2.841.398</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	3.951.533	3.886.466
Pagamento de juros e comissões	(1.356.179)	(1.285.808)
Recuperação de crédito e juros vencidos	241.685	243.548
Resultados cambiais	135.158	117.605
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(1.486.589)	(1.466.885)
Pagamentos de pensões e assistência médica	(206.118)	(189.659)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	15.982	249.425
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(339.455)	(185.029)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	956.017	1.369.663
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Activos financeiros disponíveis para venda	(4.202)	-
Aplicações em instituições de crédito	(4.327.223)	5.099.965
Créditos sobre clientes	(2.059.565)	(4.164.097)
Títulos de dívida pública	(86.870)	(288.440)
Outros activos	(15.358)	(105.408)
	(6.493.218)	542.020
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(162.856)	(50.834)
Recursos de clientes	2.470.518	(2.071.083)
Outros passivos subordinados	499.544	-
Outros passivos	(397.308)	334.356
	2.409.898	(1.787.561)
Caixa líquida das actividades operacionais	(4.083.320)	(1.245.541)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
(Aumentos) diminuições nos activos de investimento:		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(14.700)	-
Activos intangíveis	(5.667)	(10.882)
Outros activos tangíveis	(378.622)	(367.277)
Dividendos recebidos	264.793	273.410
Caixa líquida das actividades de investimento	(134.196)	(104.749)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumento de capital	-	318.648
Dividendos distribuídos	(119.157)	(341.430)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(119.157)	(22.782)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(3.380.656)	(3.409)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9.999.315	10.002.724
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6.618.659	9.999.315

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de Julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de Dezembro de 2005, as acções do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objecto o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas actividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 31 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de Abril de 2011, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de Novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

Até 31 de Dezembro de 2008, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), aprovado pelo Aviso nº 6/94, de 19 de Julho, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 39/2003, de 20 de Outubro e Aviso nº 4/2004, de 27 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde.

De acordo com o definido na Norma IFRS 1 - “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro” (IFRS 1), as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e do exercício então findo, foram re-expressas com base nas Normas e Interpretações em vigor em 31 de Dezembro de 2009. Na nota 36 é apresentado o impacto da adopção das NIRF em 1 de Janeiro de 2009.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos exercícios de 2010 e 2009, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
1 USD	83,178	77,051

c) Instrumentos financeirosi) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. O Banco não tem activos de “trading” ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

a) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em “Outros activos”. Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pelo Banco essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica “Juros e rendimentos similares”. Até 31 de Dezembro de 2009, as recuperações de juros eram reflectidas em “Outros proveitos de exploração”. Na sequência da alteração efectuada, o saldo do exercício de 2009 no montante de mCve. 86.971 foi reclassificado de modo a assegurar a comparabilidade com o exercício de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”. Até 31 de Dezembro de 2009, as recuperações de crédito abatido ao activo eram reflectidas em “Outros proveitos de exploração”. Na sequência da alteração efectuada, o saldo do exercício de 2009 no montante de mCve. 156.577 foi reclassificado de modo a assegurar a comparabilidade com o exercício de 2010.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de “Empréstimos e contas a receber”:

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Os dividendos e os rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente aos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados modelos e técnicas internas de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que a exposição é individualmente significativa e numa base colectiva quanto aos activos disponíveis cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efectua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 20.000 ou apresentem incumprimento há mais de 180 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios
- Crédito ao Sector Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos acima descritos.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.2. c), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

As operações de venda com acordo de recompra, nomeadamente de Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro são registadas na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” mantendo-se os correspondentes títulos registados na carteira do Banco.

Os passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

f) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, e que não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados pelo valor de arrematação quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade. Na determinação da imparidade, o Banco considera ainda a antiguidade dos imóveis em carteira.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

g) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e encargos de exploração”.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

h) Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Imparidade de outros activos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus activos tangíveis.

i) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

j) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto, ou se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência directa na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

k) Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%. Em Janeiro de 2009, a taxa do IUR foi alterada de 30% para 25% com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2008.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao impacto da adopção das NIRF e a valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

l) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da actividade do Banco.

m) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os principais benefícios concedidos pelo Banco incluem pensões de reforma e sobrevivência e encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

As responsabilidades com pensões de reforma do Banco são regulamentadas, ainda em regime transitório, pelo Estatuto de Pessoal do Banco de Cabo Verde, de 1 de Dezembro de 1990. Nos termos deste Estatuto, o Banco assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma aos empregados que reúnam as condições previstas neste documento. As pensões são determinadas com base no salário à data da reforma, sendo actualizadas anualmente, excepto para os empregados que se reformem com menos de 35 anos de serviço, caso em que a pensão corresponde apenas a uma parte desse salário.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respectivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal). É ainda da responsabilidade do Banco a dotação dos montantes adicionais necessários para a cobertura integral das responsabilidades.

O Banco não tem responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efectivo a partir de 2001, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu ainda o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respectivamente, da massa salarial.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde ao valor actual das responsabilidades ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade (ou, na sua ausência, títulos de dívida pública), denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido, nomeadamente, para o plano de pensões e de saúde do Banco.

Para a cobertura das responsabilidades com pensões, o Banco dispõe em 2010 e 2009 de uma provisão para pensões e encargos similares, registada na rubrica “Provisões para encargos com benefícios a empregados”, do passivo.

As responsabilidades definidas com base na avaliação actuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde, são registadas na rubrica “Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica” (Nota 17).

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em custos.

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para férias e subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

n) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efectiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica “Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado”.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em proveitos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

o) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

p) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

q) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuado pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Banco determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.2. d)).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como activos financeiros disponíveis para venda. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.2. m), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Conforme referido na Nota 13, em 31 de Dezembro de 2010 existem contingências não provisionadas relativas a correcções efectuadas pelas Autoridades Fiscais ao lucro tributável de anos anteriores, dado o Banco considerar que os procedimentos que adoptou estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde.

r) Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Conforme referido na Nota 2.1, na preparação das demonstrações financeiras o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações, em vigor em 31 de Dezembro de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETRAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IFRS 3 - "Concentrações de actividades empresariais" / IAS 27 - "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (Revisão)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 - Investimentos em associadas (Revisão)	1-Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda são alargados à IAS 28.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes.
EMENDAS:		
IAS 39 – Emenda (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis)	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.
IFRS 2 - Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com pagamentos com base em acções liquidados financeiramente no seio de grupos empresariais.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.
IFRS 1 – Emendas (Isenções adicionais)	1-Jan-10	Esta emenda vem contemplar um conjunto adicional de isenções na aplicação retrospectiva, nomeadamente ao nível de activos resultantes da exploração de recursos minerais, de responsabilidades de descomissionamento e da aplicação dos requisitos da IFRIC 4.

A aplicação destas normas não teve efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NORMAS OU INTERPRETAÇÕES NOVAS OU REVISTAS:		
IAS 24 - "Entidades relacionadas" (Alterada)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" (Alterada)	1-Jan-13	<p>Este normativo representa a primeira fase do processo de alterações em curso ao IAS 39 – "Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração" e IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Divulgações". O texto do novo normativo introduz alterações aos actuais critérios de classificação e mensuração de activos financeiros, sendo de destacar:</p> <p>a) Os instrumentos de dívida não detidos para negociação que sejam detidos com o objectivo de recebimento dos fluxos contratuais de capital e juros sobre o montante do investimento inicial, deverão ser registados pelo seu custo amortizado. Os instrumentos de dívida não enquadráveis nestas características deverão ser registados pelo seu justo valor por contrapartida de resultados do exercício;</p> <p>b) Os instrumentos de capital deverão ser registados ao justo valor por contrapartida de resultados, encontrando-se disponível uma opção para designação irrevogável destes instrumentos que não sejam detidos para negociação, no momento do seu reconhecimento inicial, para registo ao justo valor por contrapartida de capitais próprios. A utilização desta opção determina que as posteriores valorizações do instrumento (incluindo valias realizadas nas vendas mas excluindo dividendos recebidos) sejam integralmente reconhecidos por contrapartida de uma rubrica de reservas;</p> <p>c) O enquadramento da classificação e mensuração de activos financeiros com derivados embutidos deverá ser efectuado considerado a totalidade das características do instrumento, deixando de ser possível proceder à separação do derivado e do contrato de acolhimento;</p> <p>d) Em 28 de Outubro de 2010, o IASB introduziu alterações na norma IFRS 9, incorporando novos requisitos de contabilização para passivos financeiros e transpondo para a IFRS 9 os requisitos da IAS 39 de reconhecimento e desreconhecimento de activos e passivos financeiros. A Classificação e Mensuração de passivos financeiros mantém-se (genericamente) face ao disposto na IAS 39, com a excepção do efeito do risco de crédito próprio.</p>
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.
EMENDAS:		
IFRIC 14 e IAS 19 – Emenda (O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção)	1-Jan-11	Clarifica a composição e tratamento contabilístico de requisitos mínimos de financiamento de responsabilidades com benefícios a empregados associados a serviços futuros.
IFRS 7 – Emenda (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda pretende uma maior qualidade nas divulgações sobre activos financeiros que tenham sido transferidos mas que continuam a ser, ainda que parcialmente, registados nas contas porque não cumprem com os requisitos para o desreconhecimento; e activos financeiros que foram desreconhecidos porque cumprem com os requisitos, mas em que a entidade continua a ter algum envolvimento. Com esta emenda pretende-se ainda clarificar as situações em que uma entidade efectua operações de transferência de activos de montantes muito significativos próximo do final dos períodos de reporte, de modo a atingir um determinado objectivo ao nível das demonstrações financeiras (window dressing).
IAS 12 – Emenda (Impostos diferidos: Recuperação de activos subjacentes)	1-Jan-12	O objetivo das alterações é permitir uma excepção ao princípio de que a medição dos passivos e activos por impostos diferidos deve reflectir a forma pela qual a entidade espera recuperar ou liquidar o valor contabilístico dos seus activos e passivos. A emenda proposta permite que, em determinadas circunstâncias, a mensuração de passivos e activos por impostos diferidos reflectindo uma presunção de que o valor contabilístico do activo subjacente será recuperado totalmente pela venda.

Estas normas apesar de aprovadas pelo IASB não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa		
. Moeda nacional	581.053	486.668
. Moeda estrangeira	577.528	416.221
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	4.703.226	8.747.028
. Moeda estrangeira	962	790
	<u>5.862.769</u>	<u>9.650.707</u>

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades deverão corresponder a 16% (14% até 18 de Fevereiro de 2009) da média das responsabilidades efectivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes.

Nos exercícios de 2010 e 2009, estes depósitos não foram remunerados.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no país		
. Caixa Económica de Cabo Verde	996	996
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Banco Espírito Santo, S.A.	86.622	24.953
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	97.878	16.946
. JP Morgan Chase Bank	12.160	15.437
. Citibank	18.884	9.903
. Outras	164.385	41.337
	<u>380.925</u>	<u>109.572</u>
Cheques a cobrar:		
Sobre o estrangeiro	325.637	131.162
Sobre o país	45.564	104.129
	<u>371.201</u>	<u>235.291</u>
Outras disponibilidades	3.764	3.745
	<u>755.890</u>	<u>348.608</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	6.063.620	6.726.762
Instrumentos de capital	68.720	64.916
Imparidade (Nota 17)	(10.841)	(10.841)
	<u>6.121.499</u>	<u>6.780.837</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Titulo	% de participação	Custo de aquisição	2010			2009		
			Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva de reavaliação (Nota 21)	Imparidade (Nota 17)
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>								
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	n.d.	6.433.169	6.063.620	(369.548)	-	6.726.762	293.593	-
Visa International Service Association	n.d.	1.313	2.634	1.321	-	3.033	1.719	-
		<u>6.434.482</u>	<u>6.066.254</u>	<u>(368.227)</u>	<u>-</u>	<u>6.729.795</u>	<u>295.312</u>	<u>-</u>
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>								
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L.	11,11%	50.000	39.159	-	(10.841)	39.159	-	(10.841)
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,65%	10.133	10.133	-	-	10.133	-	-
Fundo G.A.R.I.	0,19%	4.203	4.203	-	-	-	-	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,63%	1.750	1.750	-	-	1.750	-	-
		66.086	55.245	-	(10.841)	51.042	-	(10.841)
		<u>6.500.568</u>	<u>6.121.499</u>	<u>(368.227)</u>	<u>(10.841)</u>	<u>6.780.837</u>	<u>295.312</u>	<u>(10.841)</u>

n.d. - não disponível

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do “International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund” (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. Neste sentido, o Banco regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” (Nota 24);
- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;
- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O Banco manteve a participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de mercado das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.517 e mCve. 1.808, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Aplicações de crédito no país:		
· No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	50.000	250.000
- Títulos de regularização monetária	1.500.000	200.000
- Aplicações a muito curto prazo	3.500.000	-
	<u>5.050.000</u>	<u>450.000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
· Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	303.708	110.265
· Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	332.712	462.306
- Citibank	-	385.255
· Contas caução		
- Commerzbank	47.922	-
- Outras instituições de crédito no exterior	11.976	11.269
	<u>696.318</u>	<u>969.095</u>
Juros a receber	700	704
Proveitos diferidos	(1.484)	(1.275)
	<u>5.745.534</u>	<u>1.418.524</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

7. TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Obrigações do Tesouro</u>		
Valor Nominal	5.184.170	5.097.300
Juros a receber	109.578	129.015
	<u>5.293.748</u>	<u>5.226.315</u>

O valor nominal das Obrigações do Tesouro cedidas com acordo de recompra ascende, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a mCve. 2.413.425 e mCve. 1.509.215, respectivamente (Nota 16).

8. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Crédito interno a curto prazo:		
. Descontos comerciais	42.374	94.204
. Créditos em conta corrente	3.125.585	3.121.956
. Descobertos em depósitos à ordem	64.801	62.614
. Cartões de crédito	94.367	81.472
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	27.483.101	25.837.574
Crédito externo a curto prazo:		
. Descontos comerciais	14.400	9.178
. Créditos em conta corrente	122.026	656.891
. Descobertos em depósitos à ordem	1.275	1.764
. Cartões de crédito	9.695	8.276
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	961.194	443.154
. Créditos em conta corrente	363.138	514.289
Outros créditos e valores a receber (titulados)	4.195.626	3.592.487
Crédito ao pessoal	1.497.205	1.431.073
	<u>37.974.787</u>	<u>35.854.932</u>
Juros a receber	204.761	179.525
Comissões e outros proveitos diferidos	(265.930)	(295.632)
Custos diferidos	2.623	2.623
Crédito e juros vencidos	2.335.598	2.535.418
	<u>40.251.839</u>	<u>38.276.866</u>
Imparidade de crédito a clientes (Nota 17)	(2.470.746)	(2.227.454)
	<u>37.781.093</u>	<u>36.049.412</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados)” reflecte o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2010	2009	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche A	638.710	638.710	14-06-2012
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche B	663.751	663.751	14-06-2017
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14-06-2027
Câmara Municipal da Praia	428.464	-	23-07-2030
Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	350.000	350.000	06-08-2012
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	250.500	250.500	10-08-2012
Câmara Municipal do Sal	174.675	-	15-07-2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	99.854	99.854	18-02-2014
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	65.547	65.547	05-01-2014
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	59.687	59.687	31-07-2015
Tecnicil Indústria, S.A.	6.218	6.218	23-04-2014
	<u>4.195.626</u>	<u>3.592.487</u>	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. e IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. As obrigações emitidas pela ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A. têm como garantia uma carta conforto emitida pelo Estado de Cabo Verde.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito vivo com aval do Estado de Cabo Verde ascende a mCve. 3.533.611 e mCve. 3.672.280, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes, excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados” e juros corridos associados, apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

31.12.2010									
Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total			
Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	1.121	-	1.121	41.187	48.069	89.256	42.308	48.069	90.377
Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	-	28.986	12.292	41.278	28.986	12.292	41.278
Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	344.605	42.826	387.431	344.605	42.826	387.431
Indústria têxtil	-	-	-	29.703	15.244	44.947	29.703	15.244	44.947
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	29	1.239	1.268	29	1.239	1.268
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	625	-	625	99.917	10.104	110.021	100.542	10.104	110.646
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	129.163	-	129.163	129.163	-	129.163
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	-	563	563	-	563	563
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	2.198	830	3.028	2.198	830	3.028
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	23.904	1.284	25.188	23.904	1.284	25.188
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	556.382	4.838	561.220	556.382	4.838	561.220
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	19.633	2.775	22.408	19.633	2.775	22.408
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	2.090	-	2.090	1.157.044	111	1.157.155	1.159.134	111	1.159.245
Construção	11.834	-	11.834	2.553.471	158.566	2.712.037	2.565.305	158.566	2.723.871
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.261.152	267.749	2.528.901	2.261.152	267.749	2.528.901
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	898.460	27.187	925.647	898.460	27.187	925.647
Transportes, armazenagem e comunicações	207.904	-	207.904	1.088.175	144.794	1.232.969	1.296.079	144.794	1.440.873
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	8.554	36.571	45.125	8.554	36.571	45.125
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	167	-	167	167	-	167
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias	-	-	-	803.571	58.967	862.538	803.571	58.967	862.538
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	732.774	51.192	783.966	732.774	51.192	783.966
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	16.113	-	16.113	16.113	-	16.113
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	819.265	55	819.320	66.619	-	66.619	885.884	55	885.939
Educação	1	15	16	17.409	137	17.546	17.410	152	17.562
Saúde e segurança social	-	-	-	168.125	2.836	170.961	168.125	2.836	170.961
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	613.250	26	613.276	2.193.944	116.177	2.310.121	2.807.194	116.203	2.923.397
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2.404	2.540	4.944	2.404	2.540	4.944
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	2.384	27.072	29.456	2.384	27.072	29.456
	1.656.090	96	1.656.186	13.246.073	1.033.963	14.280.036	14.902.163	1.034.059	15.936.222
Particulares									
Habitação	-	-	-	13.841.904	702.450	14.544.354	13.841.904	702.450	14.544.354
Outros fins	-	-	-	4.931.251	599.089	5.530.340	4.931.251	599.089	5.530.340
	-	-	-	18.773.155	1.301.539	20.074.694	18.773.155	1.301.539	20.074.694
	1.656.090	96	1.656.186	32.019.228	2.335.502	34.354.730	33.675.318	2.335.598	36.010.916
31.12.2009									
Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total			
Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	1.715	1.715	50.427	43.094	93.521	50.427	44.809	95.236
Indústrias extractivas	-	-	-	12.883	28.173	41.056	12.883	28.173	41.056
Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	371.250	40.062	411.312	371.250	40.062	411.312
Indústria têxtil	-	-	-	32.776	14.643	47.419	32.776	14.643	47.419
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	1.295	-	1.295	-	-	1.295
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	7.618	-	7.618	110.311	10.087	120.398	117.929	10.087	128.016
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	142.878	-	142.878	142.878	-	142.878
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas	-	-	-	304	563	867	304	563	867
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	-	830	830	-	830	830
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	-	-	-	26.266	-	26.266	26.266	-	26.266
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	514.355	4.900	519.255	514.355	4.900	519.255
Fabrico de mobiliário e de colchões	-	-	-	2.386	4.029	6.415	2.386	4.029	6.415
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	2.489	-	2.489	1.611.028	-	1.611.028	1.613.517	-	1.613.517
Construção	8.752	-	8.752	2.441.396	124.086	2.565.482	2.450.148	124.086	2.574.234
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	-	-	-	2.261.557	214.586	2.476.143	2.261.557	214.586	2.476.143
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	904.459	29.979	934.438	904.459	29.979	934.438
Transportes, armazenagem e comunicações	125.151	-	125.151	836.852	184.725	1.021.577	962.003	184.725	1.146.728
Actividades de informação e de comunicação	-	-	-	16.031	35.415	51.446	16.031	35.415	51.446
Actividades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	20	-	20	20	-	20
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Actividades imobiliárias	-	-	-	733.415	13.683	747.098	733.415	13.683	747.098
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	-	-	-	773.497	25.127	798.624	773.497	25.127	798.624
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	-	-	-	15.786	1.295	17.081	15.786	1.295	17.081
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	665.913	1	665.914	50.401	-	50.401	716.314	1	716.315
Educação	-	15	15	6.992	183	7.175	6.992	198	7.190
Saúde e segurança social	-	-	-	160.809	10.291	171.100	160.809	10.291	171.100
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	357.046	19	357.065	2.138.264	167.757	2.306.021	2.495.310	167.776	2.663.086
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	2.549	2.540	5.089	2.549	2.540	5.089
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	26.351	3.102	29.453	26.351	3.102	29.453
	1.166.969	1.750	1.168.719	13.244.538	959.150	14.203.688	14.411.507	960.900	15.372.407
Particulares									
Habitação	-	-	-	12.553.674	808.976	13.362.650	12.553.674	808.976	13.362.650
Outros fins	-	-	-	5.165.003	765.542	5.930.545	5.165.003	765.542	5.930.545
	-	-	-	17.718.677	1.574.518	19.293.195	17.718.677	1.574.518	19.293.195
	1.166.969	1.750	1.168.719	30.963.215	2.533.668	33.496.883	32.130.184	2.535.418	34.665.602

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica é composta de terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de “Outros activos tangíveis” na transição para as NIRF não tendo registado qualquer movimento nos exercícios de 2010 e 2009.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010							
	Saldo em 31.12.2009						
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe-rências	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Imparidade (Nota 17)
							Valor líquido em 2010
Imóveis de serviço próprio							
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.267.532	(491.279)	34.599	237.714	(20.626)	-	1.030.363
Obras em imóveis arrendados	201.043	(99.930)	47.475	14.627	(17.297)	-	145.918
Equipamento							
Mobiliário e material de escritório	220.124	(127.872)	13.202	-	(19.895)	(4.241)	81.318
Máquinas e ferramentas	60.255	(45.796)	4.316	-	(5.601)	(305)	12.869
Equipamento informático	373.886	(276.756)	17.739	4.280	(39.675)	(3.173)	76.301
Instalações interiores	153.392	(131.373)	5.025	1.954	(8.381)	(47)	20.570
Material de transporte	155.852	(82.341)	26.440	-	(26.426)	(1.971)	71.554
Equipamento de segurança	33.900	(29.638)	2.582	1.983	(1.411)	(240)	7.176
Outro equipamento	100.049	(66.644)	666	-	(13.877)	-	20.194
Activos tangíveis em curso	250.864	-	236.553	(260.558)	-	-	226.859
	<u>2.891.931</u>	<u>(1.351.629)</u>	<u>388.597</u>	<u>-</u>	<u>(153.189)</u>	<u>(9.977)</u>	<u>1.768.156</u>

2009							
	Saldo em 31.12.2008						
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe-rências	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2009
Imóveis de serviço próprio							
Terrenos	75.034	-	-	-	-	-	75.034
Edifícios	1.241.459	(471.649)	26.073	-	(19.630)	-	776.253
Obras em imóveis arrendados	189.824	(82.637)	11.219	-	(17.293)	-	101.113
Equipamento							
Mobiliário e material de escritório	212.661	(141.351)	35.076	4.082	(18.113)	(103)	92.252
Máquinas e ferramentas	70.339	(55.355)	4.574	169	(5.268)	-	14.459
Equipamento informático	348.910	(276.572)	39.163	22.677	(36.439)	(609)	97.130
Instalações interiores	183.252	(157.786)	4.062	-	(7.509)	-	22.019
Material de transporte	142.934	(80.047)	39.550	-	(23.878)	(5.048)	73.511
Equipamento de segurança	36.872	(31.960)	553	-	(1.182)	(21)	4.262
Outro equipamento	102.368	(55.032)	161	-	(14.092)	-	33.405
Activos tangíveis em curso	65.169	-	212.623	(26.928)	-	-	250.864
	<u>2.668.822</u>	<u>(1.352.389)</u>	<u>373.054</u>	<u>-</u>	<u>(143.404)</u>	<u>(5.781)</u>	<u>1.540.302</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o imobilizado em curso refere-se essencialmente a obras em curso em agências do Banco e à aquisição de equipamento informático.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 39.083 e mCve. 41.506, respectivamente (Nota 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos “Activos intangíveis” nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010							
	Saldo em 31.12.2009					Valor líquido em 2010	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe-rências	Amortiza-ções do exercício	Abates líquidos	
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	191.203	(167.264)	5.654	-	(13.811)	-	15.782
Activos intangíveis em curso	-	-	13	-	(3)	-	10
	<u>191.203</u>	<u>(167.264)</u>	<u>5.667</u>	<u>-</u>	<u>(13.814)</u>	<u>-</u>	<u>15.792</u>
2009							
	Saldo em 31.12.2008					Valor líquido em 2009	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe-rências	Amortiza-ções do exercício	Abates líquidos	
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	180.231	(154.506)	10.086	907	(12.761)	(18)	23.939
Activos intangíveis em curso	90	-	817	(907)	-	-	-
	<u>180.321</u>	<u>(154.506)</u>	<u>10.903</u>	<u>-</u>	<u>(12.761)</u>	<u>(18)</u>	<u>23.939</u>

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	2010				2009			
			Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos (Prejuízo)	Valor de balanço	Activo líquido	Passivo	Proveitos
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	35%	70.000	155.410	2.486.905	1.693.578	2.033.129	126.394	2.296.751	1.605.841	2.149.048
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	36.736	619.157	251.797	385.028	34.816	610.455	262.295	333.180
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	49%	14.700	11.628	147.442	123.711	2.678	-	-	-	-
		<u>94.700</u>	<u>203.774</u>	<u>3.253.504</u>	<u>2.069.086</u>	<u>2.420.835</u>	<u>161.210</u>	<u>2.907.206</u>	<u>1.868.136</u>	<u>2.482.228</u>

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia) detém uma participação correspondente a 12,5% do capital do Banco. Esta participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISF como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direcção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na actividade da SISF, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.

No exercício de 2010, o Banco subscreveu 14.700 acções da Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira Unipessoal Anónima, S.A. (Sociedade) representativas de 49% do seu capital social pelo valor nominal de mCve. 1 por acção. Esta Sociedade iniciou a sua actividade no exercício de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2010 e 2009 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	Promoleasing	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	117.360	28.571	-	145.931
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	2.517	-	-	2.517
Resultados em associadas	20.403	6.245	-	26.648
Dividendos recebidos	(13.886)	-	-	(13.886)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>126.394</u>	<u>34.816</u>	<u>-</u>	<u>161.210</u>
Custo de aquisição	-	-	14.700	14.700
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	17.546	-	-	17.546
Resultados em associadas	27.384	5.068	(3.072)	29.380
Dividendos recebidos	(15.914)	(3.148)	-	(19.062)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>155.410</u>	<u>36.736</u>	<u>11.628</u>	<u>203.774</u>

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,50%.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	2010	2009
<u>Activos por impostos correntes</u>		
. Pagamentos por conta de 2010	29.569	-
. IUR a recuperar de 2009	124.079	-
. IUR a recuperar de 2008	114.517	-
	<u>268.165</u>	<u>-</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
. Imposto sobre o rendimento a pagar de 2010	(54.216)	-
. Imposto sobre o rendimento a pagar de 2009	(17.735)	(17.735)
	<u>196.214</u>	<u>(17.735)</u>
<u>Activos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	284.007	378.676
<u>Passivos por impostos diferidos</u>		
. Por diferenças temporárias	(55.080)	(67.296)
	<u>228.927</u>	<u>311.380</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

	2010		
	Saldo em 31.12.2009	Varição em Capital Próprio Resultados	Saldo em 31.12.2010
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	312.461	- (78.080)	234.381
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>			
Valorização de investimentos em associadas	(642)	(4.474) -	(5.116)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(439)	101 -	(338)
	<u>311.380</u>	<u>(4.373)</u> <u>(78.080)</u>	<u>228.927</u>

	2009		
	Saldo em 31.12.2008	Varição em Capital Próprio Resultados	Saldo em 31.12.2009
<u>Ajustamentos de conversão para as NIRF</u>	390.541	- (78.080)	312.461
<u>Movimentos efectuados por reservas</u>			
Valorização de investimentos em associadas	-	(642) -	(642)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(136)	(303) -	(439)
	<u>390.405</u>	<u>(945)</u> <u>(78.080)</u>	<u>311.380</u>

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2008 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos. O activo por imposto diferido relativo aos impactos de transição em 31 de Dezembro de 2010 inclui mCve. 194.611 referentes a ajustamentos de transição originados por responsabilidades referentes com pensões e assistência médica.

A reconciliação entre a taxa de nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como se segue:

	2010		2009	
Resultado antes de impostos		<u>833.564</u>		<u>691.598</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	212.559	25,50%	176.357
Benefícios fiscais:				
· Rendimentos dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	-7,48%	(62.377)	-9,61%	(66.456)
· Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-3,32%	(27.636)	-	-
· Rendimentos de Títulos de Dívida Pública colocados em mercado secundário	-0,64%	(5.314)	-1,00%	(6.940)
· Donativos	-0,32%	(2.654)	-0,26%	(1.818)
· Dividendos	-0,01%	(57)	-0,56%	(3.843)
· Outros	-0,43%	(3.580)	-0,55%	(3.779)
Encargos não aceites fiscalmente	2,56%	21.355	0,33%	2.294
Imposto sobre o lucro do exercício	<u>15,86%</u>	<u>132.296</u>	<u>13,85%</u>	<u>95.815</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Nos termos da legislação em vigor, o Banco beneficia de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- rendimentos obtidos em títulos emitidos pelo Tesouro de Cabo Verde e que tenham sido colocados no mercado secundário;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efectivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por estes motivos, a carga fiscal apresentada pelo Banco em 2010 e 2009 é inferior à taxa normal de tributação.

Em Fevereiro de 2007, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos com uma correcção de Imposto sobre o Valor Acrescentado e pelo incumprimento de obrigações de retenção na fonte em sede de IUR, a qual contestou. Dado não ter sido dado provimento à contestação efectuada, o Banco procedeu à liquidação do referido imposto no montante de mCve. 29.066 e utilizou a provisão que se encontrava constituída (Nota 17).

Adicionalmente, em Agosto de 2007, o Banco foi notificado pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2006. O Banco liquidou apenas parcialmente o valor das notificações recebidas, tendo contestado uma parte dos valores liquidados, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Em Outubro de 2008, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos pelo incumprimento de obrigações de retenção na fonte em sede de IUR relativa ao exercício de 2007, a qual contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Durante o exercício de 2010, o Banco reconheceu uma provisão no montante de mCve. 38.171 em resultado de uma notificação recebida da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2007. O Banco contestou, encontrando-se a aguardar conclusão do processo pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco tem uma provisão constituída para contingências fiscais no montante de mCve. 64.338 e mCve. 85.976, respectivamente (Nota 17).

Em Setembro de 2009, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2008. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde. A reclamação foi indeferida pelas autoridades fiscais em Outubro de 2010, tendo o Banco efectuado a liquidação do imposto em dívida no montante de mCve. 127.700 e utilizado uma provisão no montante de mCve. 38.171. No entanto, por considerar que os procedimentos adoptados estão de acordo com o enquadramento legal e fiscal em vigor em Cabo Verde, o Banco reconheceu um activo por imposto a recuperar no montante de mCve. 114.517 relativo aos custos com pensões e responsabilidades com saúde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em Dezembro de 2010, o Banco recebeu uma notificação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, de liquidações referentes a correcções ao imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2009. O Banco contestou as correcções efectuadas relativamente aos custos com pensões e responsabilidades com saúde, tendo registado uma provisão no montante de mCve. 11.481 para as restantes correcções. O Banco manteve o valor de imposto a recuperar reconhecido em 2009, encontrando-se a aguardar a formalização da aceitação da reclamação por parte da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Em 31 de Dezembro de 2010 o impacto total do eventual risco associado às duas situações descritas acima ascende a cerca de mCve. 600.000 e inclui as seguintes situações:

- correcção relativa ao exercício de 2008 no montante de mCve. 114.517. Este montante foi pago pelo Banco, encontrando-se registado em “Activos por impostos correntes” como imposto a recuperar de exercícios anteriores;
- correcção relativa ao exercício de 2009 no montante de mCve. 167.067. O Banco tem registados impostos a recuperar líquidos no montante de mCve. 106.344, e não reconheceu a provisão de mCve. 60.723 que seria necessária para fazer face à liquidação do imposto exigido pelas Autoridades Fiscais em resultado das correcções;
- o Banco não acresceu qualquer custo com pensões ou assistência médica na estimativa de imposto a pagar relativa ao exercício de 2010, pelo que a eventual correcção, considerando o critério adoptado pelas Autoridades Fiscais relativamente ao exercício de 2009, poderá ascender a cerca de mCve. 128.620;
- finalmente, o Banco mantém registados activos por impostos diferidos no montante de mCve. 194.611 relativos à parcela dos ajustamentos de transição que serão deduzidos para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Outros activos</u>		
Bens arrematados	122.554	113.329
Património artístico	9.444	9.444
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	966	948
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores diversos		
. Estado	288.067	283.820
. Outras entidades	108.257	72.502
Bonificações a receber		
. Do Estado	683.709	612.548
. De outras entidades	4.265	4.265
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	19.804	-
Rendimentos a receber de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (Nota 24)	244.617	260.612
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
. Seguros	16.245	16.524
. Outros	14.466	11.151
<u>Desvios actuariais (Nota 30)</u>		
. Pensões de reforma	110.323	110.323
. Assistência médica	71.344	37.985
<u>Operações activas a regularizar</u>	122	-
<u>Outras contas de regularização</u>	21.989	-
	<u>1.716.172</u>	<u>1.533.451</u>
<u>Imparidade de outros activos (Nota 17):</u>		
. Imóveis recebidos em dação	(20.764)	(36.937)
. Outros activos	(166.237)	(130.154)
	<u>(187.001)</u>	<u>(167.091)</u>
	<u>1.529.171</u>	<u>1.366.360</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Devedores diversos – Estado” inclui mCve. 86.811, correspondentes ao capital e juros vencidos de um crédito com aval do Estado que não foi reembolsado pelo respectivo cliente, tendo por esse motivo sido reclamado ao Estado em Dezembro de 2002. Em 2005, o Tesouro de Cabo Verde comunicou ao Banco a suspensão da confirmação da referida dívida, tendo solicitado a prestação de informação adicional. Não ocorreram desenvolvimentos relevantes nesta situação nos exercícios de 2010 e 2009.

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2003.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os imóveis recebidos em dação apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

Ano de aquisição	2010			2009		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2008	17.236	(13.604)	3.632	62.232	(32.982)	29.250
2008	24.226	(6.057)	18.169	39.554	(3.955)	35.599
2009	11.028	(1.103)	9.925	11.543	-	11.543
2010	70.064	-	70.064	-	-	-
	<u>122.554</u>	<u>(20.764)</u>	<u>101.790</u>	<u>113.329</u>	<u>(36.937)</u>	<u>76.392</u>

No exercício de 2010, as menos-valias líquidas obtidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito ascenderam a mCve. 1.051.

15. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	66.566	58.245
. De instituições de crédito no estrangeiro	1.486	9.541
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	65.000	203.843
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	196.193	220.274
Outros recursos	-	198
Juros a pagar	1.854	8.827
	<u>331.099</u>	<u>500.928</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais” inclui Euros 58.427 e 115.146 Euros (mCve. 6.442 e mCve. 12.696, respectivamente) relativos a uma linha de crédito contraída junto do Banque Européenne d' Investissement no montante máximo de 5.000.000 Euros (mCve. 551.325), a reembolsar em 5 anos a partir de 30 de Abril de 2007. Este empréstimo vence juros a uma taxa de juro fixa.

Em 14 de Outubro de 2005, o Banco, o Banco Interatlântico, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Caboverdiano de Negócios contraíram uma linha de crédito junto da Agência Francesa de Desenvolvimento no montante máximo de 5.000.000 Euros, para apoio a projectos de desenvolvimento dos municípios de carácter económico-social, a reembolsar em 10 anos, a partir de 30 de Abril de 2010, em prestações semestrais de capital e juros. Este empréstimo vence juros a uma taxa fixa de 1,83%. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco tinha esta linha utilizada em 1.616.732 Euros e 1.778.407 Euros (mCve. 178.269 e mCve. 196.096, respectivamente), registados na rubrica “Empréstimos de Organismos Financeiros Internacionais”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Depósitos de poupança</u>		
. De emigrantes	2.776.457	2.462.096
. De residentes	700.035	666.841
	<u>3.476.492</u>	<u>3.128.937</u>
<u>Outros depósitos à vista</u>		
Depósitos à ordem		
. De residentes	15.703.834	15.434.448
. De emigrantes	3.772.610	3.482.999
. De não residentes	2.383.383	1.952.391
	<u>21.859.827</u>	<u>20.869.838</u>
Depósitos obrigatórios	162.777	147.246
	<u>22.022.604</u>	<u>21.017.084</u>
<u>Outros depósitos a prazo</u>		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	18.640.938	18.217.894
. De residentes	7.764.344	7.850.075
. De não residentes	698.193	820.041
	<u>27.103.475</u>	<u>26.888.010</u>
<u>Outros recursos:</u>		
Título cedidos com acordo de recompra:		
. Obrigações do Tesouro (Nota 7)	2.413.425	1.509.215
Cheques e ordens a pagar	36.283	38.513
	<u>55.052.279</u>	<u>52.581.759</u>
Juros a pagar	608.715	605.504
	<u>55.660.994</u>	<u>53.187.265</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

17. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

2010								
	Saldos em 31.12.2009	Dotações liquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Transfe- rências	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2010	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade								
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	2.227.454	382.822	-	(139.530)	-	-	2.470.746	(118.518)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	-	10.841	-
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	41.506	(2.423)	-	-	-	-	39.083	-
Imparidade de outros activos (Nota 14)	167.091	19.910	-	-	-	-	187.001	-
	2.446.892	400.309	-	(139.530)	-	-	2.707.671	(118.518)
Provisões								
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 30)								
Pensões de reforma	5.197.798	-	439.321	(141.863)		(351.351)	5.143.905	-
Assistência médica	168.297	-	38.869	(64.255)		45.177	188.088	-
	5.366.095	-	478.190	(206.118)		(306.174)	5.331.993	-
Contingências fiscais (Nota 13)	85.976	49.652	-	(71.290)	-	-	64.338	-
	5.452.071	49.652	478.190	(277.408)	-	(306.174)	5.396.331	-
	7.898.963	449.961	478.190	(416.938)	-	(306.174)	8.104.002	(118.518)
2009								
	Saldos em 31.12.2008	Dotações liquidas em resultados	Custos com pessoal (Nota 29)	Utilizações	Transfe- rências	Outros (Nota 30)	Saldos em 31.12.2009	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade								
Imparidade de crédito a clientes (Nota 8)	1.756.153	651.422	-	(180.121)	-	-	2.227.454	(156.577)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	10.841	-	-	-	-	-	10.841	-
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 10)	41.506	-	-	-	-	-	41.506	-
Imparidade de outros activos (Nota 14)	267.923	13.288	-	(110.067)	(4.053)	-	167.091	-
	2.076.423	664.710	-	(290.188)	(4.053)	-	2.446.892	(156.577)
Provisões								
Provisões para encargos com benefícios a empregados (Nota 30):								
Pensões de reforma	4.783.201	-	417.112	(132.449)	-	129.934	5.197.798	-
Assistência médica	152.428	-	25.719	(57.210)	-	47.360	168.297	-
	4.935.629	-	442.831	(189.659)	-	177.294	5.366.095	-
Contingências fiscais (Nota 13)	81.923	-	-	-	4.053	-	85.976	-
	5.017.552	-	442.831	(189.659)	4.053	177.294	5.452.071	-
	7.093.975	664.710	442.831	(479.847)	-	177.294	7.898.963	(156.577)

18. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Durante o exercício de 2010, o Banco emitiu 500.000 obrigações subordinadas com um valor nominal de 1.000 Escudos de Cabo Verde cada. Nos termos das condições definidas na emissão, o empréstimo tem um prazo de 7 anos e vence juros a uma taxa de juro nominal crescente a começar em 5,75% para o 1.º e 2.º cupão até 6,25% para o 7.º cupão. O reembolso do principal será realizado de forma parcial em prestações semestrais de mCve. 50.000 a partir do 5.º semestre (inclusivé). Contudo, existe a opção de reembolso antecipado dois anos após a data de emissão, e a partir dessa data de seis em seis meses, mediante o pagamento de um prémio de 0,5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Credores</u>		
Recursos - conta activa	138.352	130.178
Recursos - conta caução	33.776	112.086
Recursos consignados	2.490	2.490
<u>Outras exigibilidades</u>		
Retenção de impostos na fonte	58.631	57.960
Previdência social	9.869	8.750
Outros	1.611	2.707
<u>Encargos a pagar</u>		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	37.500	36.000
. Férias não gozadas	5.074	4.531
Gastos gerais administrativos	6.548	8.489
Outros	50.949	61.318
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
. Comissões de abertura de créditos em conta corrente	7.213	20.468
. Anuidades de cartões	19.834	12.853
. De garantias prestadas	7.889	4.678
. Outros	506	(250)
<u>Desvios actuariais (Nota 30)</u>		
. Pensões de reforma	395.885	25.223
<u>Operações passivas a regularizar</u>	-	20.209
<u>Outras contas de regularização</u>	-	305.178
	<u>776.127</u>	<u>812.868</u>

20. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de Dezembro de 2010, está representado por 1.324.765 de acções com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas, distribuído da seguinte forma:

- i) 875.000 acções nominativas do tipo A;
- ii) 449.765 acções do tipo B, ao portador, podendo ser titulares pessoas singulares e/ou colectivas nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no território nacional.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

As acções do tipo A apenas poderão ser transmitidas com autorização do Governo. Não se consideram tomadas contra o voto expresso correspondente às acções pertencentes ao Estado, qualquer que seja o seu número, as deliberações relativas às seguintes matérias:

- a) Alterações do contrato de sociedade que impliquem a perda das prerrogativas do accionista Estado decorrentes da “Golden Share”;
- b) Fusão, cisão transformação e dissolução do Banco;
- c) Aprovação do Plano Estratégico.

Na Assembleia Geral de 25 de Março de 2009, foi deliberado um aumento de capital do Banco no montante de mCve. 324.765, através da emissão de 324.765 acções do tipo B um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente realizado em dinheiro. O Banco incorreu em despesas no montante de mCve. 6.117, as quais, no âmbito da Norma IAS 32 foram reflectidas directamente em Capitais Próprios.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	165.826	12,52%
Estado de Cabo Verde (“Golden Share”)	132.476	10,00%
Outros accionistas	329.017	24,84%
	<u>1.324.765</u>	<u>100,00%</u>

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2010	2009
Reservas de reavaliação		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	(368.227)	295.312
- De impostos diferidos (Notas 13)	(338)	(439)
Reservas resultantes da valorização ao justo valor	<u>(368.565)</u>	<u>294.873</u>
Outras reservas e resultados transitados, líquidas de impostos diferidos		
. Reserva legal	568.797	509.219
. Outras reservas	1.796.126	1.366.006
. Resultados transitados	<u>(1.174.876)</u>	<u>(1.174.876)</u>
	<u>1.190.047</u>	<u>700.349</u>
Lucro do exercício	<u>701.268</u>	<u>595.783</u>
	<u>1.522.750</u>	<u>1.591.005</u>

Reservas de reavaliação

Reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

22. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.712.962	2.580.019
. Crédito ao exterior	103.302	106.997
. Crédito ao pessoal	40.440	38.708
. Crédito vencido	41.459	29.722
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	543.364	548.437
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	123.166	86.971
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
. Títulos de intervenção monetária	1.009	88.429
. Títulos de regularização monetária	25.786	30.547
. Aplicações a muito curto prazo	3.571	7.918
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	5.475	10.738
Juros de depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro	330	1.208
Outros juros e rendimentos similares	715	1.471
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	169.252	92.302
	<u>3.770.831</u>	<u>3.623.467</u>

23. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de recursos do Banco de Cabo Verde	666	-
Juros de recursos de médio e longo prazo		
. De outras instituições de crédito no estrangeiro	-	176
Juros de operações de venda com acordo de recompra		
. Obrigações do Tesouro	65.794	76.139
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	110.802	100.637
. De residentes - Poupança Jovem	36.172	34.926
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	753.707	717.941
. De residentes	304.083	300.770
. De não residentes	20.127	21.946
. De outras instituições de crédito no país	2.284	9.931
Outros juros e encargos similares	11.871	7.305
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	676	1.383
	<u>1.306.182</u>	<u>1.271.154</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)24. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	244.614	258.335
Dividendos:		
· Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	974	1.006
· SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	133	177
· Visa International Service Association	11	6
	<u>245.732</u>	<u>259.524</u>

Em 2010 e 2009, os Rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira incluem acertos relativos às estimativas registadas no exercício anterior, nos montantes de mCve. 3 e mCve. 2.277, respectivamente.

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Garantias e avales prestados	52.038	40.740
Créditos documentários	25.164	12.118
Comissões por ordens de pagamento emitidas	63.954	68.635
Ordens de pagamento recebidas	61.149	66.047
Comissões Wester Union	23.692	20.977
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	22.629	23.787
Cobrança de valores	18.265	19.983
Outros	72.266	77.352
	<u>339.157</u>	<u>329.639</u>
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(28.459)	(26.885)
Comissões de correspondentes	(10.729)	(7.130)
Visa International Service Association	(6.944)	(5.469)
Outros	(103)	(328)
	<u>(46.235)</u>	<u>(39.812)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010			2009		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	115.112	(13.521)	101.591	109.438	(16.480)	92.958
Resultados em notas e moedas	61.843	(28.276)	33.567	42.391	(17.744)	24.647
	<u>176.955</u>	<u>(41.797)</u>	<u>135.158</u>	<u>151.829</u>	<u>(34.224)</u>	<u>117.605</u>

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo das rubricas “Ganhos e perdas na alienação de outros activos” ascendeu a mCve. 2.459 e, mCve. 4.253, respectivamente.

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Prestação de serviços diversos		
· Taxa de serviço	77.866	80.115
· Outros	15.565	16.939
Reembolso de despesas		
· Correios	29.076	32.358
· Outros	23.204	26.849
Outros	58.211	75.037
	<u>203.922</u>	<u>231.298</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Multas e outras penalidades legais	(19.446)	(8.996)
Outros impostos	(6.432)	(6.247)
Quotizações e donativos	(1.243)	(1.264)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(542)	(928)
Outros	(16.056)	(29.491)
	<u>(43.719)</u>	<u>(46.926)</u>
	<u>160.203</u>	<u>184.372</u>

29. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Remunerações de empregados	688.661	653.515
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	20.306	18.774
Prémios de produtividade	40.404	3.364
Encargos sociais		
· Pensões de reforma (Nota 30)	439.321	417.112
· Assistência médica (Nota 30)	38.869	25.719
· Previdência social	42.379	39.966
· Outros	4.471	14.857
Outros custos com pessoal	15.567	11.199
	<u>1.289.978</u>	<u>1.184.506</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No exercício de 2010, o saldo da rubrica “Prémios de produtividade” inclui um montante de mCve. 2.904 relativo à insuficiência da estimativa constituída no exercício anterior. No exercício de 2009, o saldo da rubrica “Prémios de produtividade” está deduzido do montante mCve. 32.636, relativo ao excesso da estimativa constituída no ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2010	2009
Administradores	5	5
Directores	9	8
Chefias	79	79
Técnicos	217	210
Administrativos	43	47
Pessoal auxiliar	98	99
	<u>451</u>	<u>448</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco tinha ao seu serviço 85 e 70 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respectivamente.

30. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

30.1 Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de conceder aos seus empregados pensões de reforma, as quais são determinadas com base no salário em vigor à data da reforma (Nota 2.2 m)). Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no activo foram efectuadas avaliações actuariais pela Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009. As hipóteses e bases técnicas utilizadas nestes estudos foram as seguintes:

	2010	2009
Método actuarial	Project United Credit	Project United Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de desconto	6%	6%
Taxa de crescimento dos salários	3,5%	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	2,5%
Idade de reforma	58 anos ou 35 anos de serviço	58 anos ou 35 anos de serviço

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Banco para os exercícios de 2009 e 2010 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2010		2009	
	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Taxa de crescimento dos salários	3,5%	2,9%	4,5%	6,3%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	1,5%	2,5%	4,1%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com serviços passados do Banco de acordo com os estudos actuariais efectuados, ascendiam a:

	2010		2009	
	Número de pessoas	Responsabilidades	Número de pessoas	Responsabilidades
Activos e ex-funcionários	239	3.085.671	249	3.113.069
Reformados e pré-reformados	111	1.912.712	116	1.967.923
Pensionistas	17	127.710	12	91.629
Fundo de reestruturação	8	17.812	12	25.177
Total	375	5.143.905	389	5.197.798

Nos estudos actuariais não são considerados os trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo e os trabalhadores inscritos no Instituto Nacional de Previdência Social, dado o Banco não ter responsabilidades com pensões de reforma destes empregados.

O movimento no valor das responsabilidades com pensões de reforma durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	4.783.201
Contribuições dos empregados	19.611
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	417.112
Pensões pagas	(132.449)
Desvios actuariais	110.323
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	5.197.798
Contribuições dos empregados	19.311
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	439.321
Pensões pagas	(141.863)
Desvios actuariais	(370.662)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	5.143.905

30.2 Assistência médica

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve uma avaliação actuarial efectuada por uma entidade especializada com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa técnica	6%
Taxa de crescimento dos salários	4,5%
Taxa de inflação das despesas médicas	3%

Com base neste estudo, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos respectivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 188.088 e mCve. 168.297, respectivamente (Nota 17).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	152.428
Contribuições dos empregados	12.334
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	25.719
Despesas médicas pagas	(57.210)
Desvios actuariais	35.026
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	168.297
Contribuições dos empregados	11.818
Custo registado pelo Banco (Nota 29)	38.869
Despesas médicas pagas	(64.255)
Desvios actuariais	33.359
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	188.088

30.3 Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos relacionados com a aplicação das NIRF nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrado como se segue:

	<u>Pensões</u>	<u>Saúde</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (Notas 14 e 19)	<u>(25.223)</u>	<u>2.959</u>	<u>(22.264)</u>
Desvios actuariais no ano	110.323	35.026	145.349
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (Notas 14 e 19)	<u>85.100</u>	<u>37.985</u>	<u>123.085</u>
Desvios actuariais no ano	(370.662)	36.603	(334.059)
Amortização de desvios acima do corredor	-	(2.300)	(2.300)
Outros	-	(944)	(944)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (Notas 14 e 19)	<u>(285.562)</u>	<u>71.344</u>	<u>(214.218)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Encargos com a SISP	102.184	108.192
Publicidade e edição de publicações	101.480	87.191
Conservação e reparação	97.977	84.281
Comunicações e despesas de expedição	67.393	83.565
Água, gás e electricidade	61.116	53.177
Rendas e alugueres	34.882	26.571
Impressos e material de consumo corrente	28.557	29.059
Segurança e vigilância	26.143	23.797
Consultores e auditores externos	24.828	35.510
Transporte de valores	19.793	35.845
Formação de pessoal	15.808	5.153
Transportes	11.640	10.184
Seguros	10.055	10.552
Combustíveis	10.008	11.652
Despesas de alojamento	8.318	5.264
Ajudas de custo	7.214	6.807
Assistência técnica	6.120	10.802
Despesas de representação	5.702	5.579
Outros	69.296	60.959
	<u>708.514</u>	<u>694.140</u>

32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009
<u>Passivos eventuais</u>		
. Garantias e avales	3.727.146	2.143.498
. Créditos documentários abertos	553.840	689.746
	<u>4.280.986</u>	<u>2.833.244</u>
Depósito e guarda de valores	10.520.078	9.208.632
	<u>14.801.064</u>	<u>12.041.876</u>

34. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da actividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

- Corporate Finance - inclui a actividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.
- Negociação e vendas – compreende a actividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.
- Pagamento e liquidação – inclui a actividade relacionada com operações de crédito e débito.
- Banca comercial – inclui a actividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao sector público.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- Banca de retalho – compreende a actividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.
- Outros – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada do Banco pode ser resumida da seguinte forma:

	2010						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	543.364	36.885	-	1.338.061	1.852.521	-	3.770.831
Juros e encargos similares	(66.477)	(6.764)	-	(262.410)	(970.531)	-	(1.306.182)
MARGEM FINANCEIRA	476.887	30.121	-	1.075.651	881.990	-	2.464.649
Rendimentos de instrumentos de capital	245.732	-	-	-	-	-	245.732
Rendimentos com serviços e comissões	-	83.634	31.218	48.193	176.112	-	339.157
Encargos com serviços e comissões	-	(39.188)	(6.944)	-	(103)	-	(46.235)
Resultados de reavaliação cambial	-	135.158	-	-	-	-	135.158
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	2.459	2.459
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	160.203	160.203
PRODUTO BANCÁRIO	722.619	209.725	24.274	1.123.844	1.057.999	162.662	3.301.123
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(33.375)	-	-	(170.844)	(60.086)	(67.138)	(331.443)
	689.244	209.725	24.274	953.000	997.913	95.524	2.969.680
Outros custos e proveitos							(2.268.412)
Resultado líquido do exercício							701.268
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	5.862.769	-	-	-	-	5.862.769
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	755.890	-	-	-	-	755.890
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.121.499	-	-	-	-	6.121.499
Aplicações em instituições de crédito	-	5.745.534	-	-	-	-	5.745.534
Crédito a clientes	4.207.549	-	-	14.165.402	19.408.142	-	37.781.093
Recursos de outras instituições de crédito	-	331.099	-	-	-	-	331.099
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	11.846.460	43.814.534	-	55.660.994

	2009						
	Corporate Finance	Negociação e vendas	Pagamento e liquidação	Banca comercial	Banca de retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	548.437	140.306	-	1.336.327	1.598.397	-	3.623.467
Juros e encargos similares	-	(93.080)	-	(270.371)	(907.703)	-	(1.271.154)
MARGEM FINANCEIRA	548.437	47.226	-	1.065.956	690.694	-	2.352.313
Rendimentos de instrumentos de capital	259.518	6	-	-	-	-	259.524
Rendimentos com serviços e comissões	-	70.791	30.292	100.272	128.284	-	329.639
Encargos com serviços e comissões	-	(34.019)	(5.469)	-	(324)	-	(39.812)
Resultados de reavaliação cambial	-	117.605	-	-	-	-	117.605
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	4.253	4.253
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	184.372	184.372
PRODUTO BANCÁRIO	807.955	201.609	24.823	1.166.228	818.654	188.625	3.207.894
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(232.616)	(238.653)	(36.864)	(508.133)
	807.955	201.609	24.823	933.612	580.001	151.761	2.699.761
Outros custos e proveitos							(2.103.978)
Resultado líquido do exercício							595.783
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	9.650.707	-	-	-	-	9.650.707
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	348.608	-	-	-	-	348.608
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.780.837	-	-	-	-	6.780.837
Aplicações em instituições de crédito	-	1.418.524	-	-	-	-	1.418.524
Crédito a clientes	3.611.262	-	-	14.414.896	18.023.254	-	36.049.412
Recursos de outras instituições de crédito	-	500.928	-	-	-	-	500.928
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	9.764.836	43.422.429	-	53.187.265

A totalidade da actividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

35. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, empresas associadas, e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2010				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				Associadas
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.862.769	104.475	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	5.048.516	637.119	-	-	-
Títulos de dívida pública	5.293.748	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6.063.620	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	102.806	133.090
Imparidade	33.409	15.594	-	10.841	625
Outros activos	1.216.861	20.966	19.260	1.800	28.493
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	562	-	100.423
Recursos de clientes e outros empréstimos	280.663	-	-	915	16.845
Outros passivos	70.096	-	-	3.470	13.040
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	1.382.478	-	-	150.000	41.349
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	30.365	5.386	-	3.332	-
Rendimentos de instrumentos de capital	244.614	-	-	-	-
Custos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	2.284
Encargos com serviços e comissões	-	4.797	-	-	28.459
Gastos gerais administrativos	-	-	-	38.271	102.184
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	184
	25.527.139	788.337	19.822	361.435	466.976
	2009				
	Grupo Caixa Geral de Depósitos				Associadas
	Estado de Cabo Verde	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	
Activos:					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.650.707	16.946	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	450.000	572.571	-	-	-
Títulos de dívida pública	5.226.315	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6.726.762	-	-	50.000	-
Crédito a clientes	-	-	-	111.283	11.500
Imparidade	-	15.594	-	10.841	206
Outros activos	1.126.756	19.622	24.499	-	2.096
Passivos:					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	86	-	229.358
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	1.367	255.008
Outros passivos	66.710	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	1.333.478	-	-	150.000	41.349
Proveitos:					
Juros e rendimentos similares	385.229	9.965	-	7	18
Rendimentos de instrumentos de capital	258.335	-	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	10	16	26	1.259
Outros proveitos de exploração	-	1	2	15	304
Custos:					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	7.796
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	108.192

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2010, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração do Banco ascenderam a mCve. 26.556 (mCve. 18.774 no exercício de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor do crédito concedido a membros do Conselho de Administração ascendia a mCve. 84.066 e mCve. 74.642, respectivamente.

36. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direcção Financeira e Internacional faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objectivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à actividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O sector financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e acções.

O Banco tem uma carteira de activos financeiros que possui alguma representatividade do activo, mas que não foi constituída com o objectivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DFI é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de activos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No sector bancário caboverdiano, o coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é de 16%, pelo que em caso de dificuldades os bancos têm uma maior capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de Novembro, do Banco de Cabo Verde, a DFI calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

A Direcção de Gestão de Risco produz ainda pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de activos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição.

		2010							
		Prazos residuais contratuais							
		Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos
		Total							
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		5.862.769	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito		755.890	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito		5.745.534	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública		-	-	102.114	2.845.439	612.682	743.480	990.033	-
Crédito a clientes (valores brutos)		3.886.903	2.339.380	2.831.246	1.223.613	7.181.870	3.311.802	5.718.463	13.758.562
		16.251.096	2.339.380	2.933.360	4.069.052	7.794.552	4.055.282	6.708.496	13.758.562
		57.909.780							
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito		(110.150)	(35.191)	(6.478)	-	-	-	(179.280)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		(25.959.397)	(5.769.392)	(7.491.807)	(16.191.818)	(248.580)	-	-	-
		(26.069.547)	(5.804.583)	(7.498.285)	(16.191.818)	(248.580)	-	(179.280)	-
		(9.818.451)	(3.465.203)	(4.564.925)	(12.122.766)	7.545.972	4.055.282	6.529.216	13.758.562
		1.917.687							
Diferencial									
		59.827.467							

		2009							
		Prazos residuais contratuais							
		Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos
		Total							
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		9.650.707	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito		348.608	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito		1.268.524	150.000	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública		2.370.237	-	-	126.841	1.102.540	464.836	1.009.652	152.209
Crédito a clientes (valores brutos)		1.268.403	2.213.424	2.911.416	2.834.814	7.727.111	4.144.279	5.267.794	11.909.625
		14.906.479	2.363.424	2.911.416	2.961.655	8.829.651	4.609.115	6.277.446	12.061.834
		54.921.020							
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito		(280.654)	-	-	-	(24.178)	-	-	(196.096)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(25.519.463)	(5.395.486)	(5.740.950)	(14.630.335)	(1.901.031)	-	-	-
		(25.800.117)	(5.395.486)	(5.740.950)	(14.630.335)	(1.925.209)	-	-	(196.096)
		(10.893.638)	(3.032.062)	(2.829.534)	(11.668.680)	6.904.442	4.609.115	6.277.446	11.865.738
		1.232.827							
Diferencial									
		65.842.640							

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direcção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 20.000.

É da competência da DGR emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efectua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Risco de créditoExposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Títulos de dívida pública	5.293.748	5.226.315
Aplicações em instituições de crédito	5.745.534	1.418.524
Crédito a clientes	37.781.093	36.049.412
Outros devedores	331.428	347.423
	43.858.055	37.815.359
Garantias e avales	3.727.146	2.143.498
Créditos documentários abertos	553.840	689.746
	4.280.986	2.833.244
Exposição máxima	53.432.789	45.874.918

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber – titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

2010					
	Créditos com análise colectiva			Outros saldos	Total
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"		
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	10.095.583	2.411.866	1.291.693	222.132	14.021.274
Vencido	7.408	9.252	501.167	-	517.827
	10.102.991	2.421.118	1.792.860	222.132	14.539.101
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	4.097.684	66.757	12.237	-	4.176.678
	4.097.684	66.757	12.237	-	4.176.678
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	12.859.655	104.215	799.461	-	13.763.331
Vencido	2.819	3.677	46.851	-	53.347
	12.862.474	107.892	846.312	-	13.816.678
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.110.795	4.873	90.725	-	1.206.393
Vencido	684	1.082	25.303	-	27.069
	1.111.479	5.955	116.028	-	1.233.462
Pequenos negócios					
Vincendo	1.772.555	34.004	264.679	-	2.071.238
Vencido	1.189	4.285	104.981	-	110.455
	1.773.744	38.289	369.660	-	2.181.693
Outros créditos					
Vincendo	2.135.145	411.380	251.411	-	2.797.936
Vencido	18.192	11.606	75.152	-	104.950
	2.153.337	422.986	326.563	-	2.902.886
Garantias prestadas					
Vincendo	103.380	-	-	-	103.380
Sector Público					
Vincendo	1.441.396	375	-	-	1.441.771
Vencido	-	54	42	-	96
	1.441.396	429	42	-	1.441.867
Total crédito vincendo	33.616.193	3.033.470	2.710.206	222.132	39.582.001
Total crédito vencido	30.292	29.956	753.496	-	813.744
Total de crédito	33.646.485	3.063.426	3.463.702	222.132	40.395.745

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

2009					
	Créditos com análise colectiva			Outros saldos	Total
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "Default"		
Empresas					
Crédito a empresas					
Vincendo	9.624.424	3.175.733	972.904	111.316	13.884.377
Vencido	14.837	61.751	418.958	-	495.546
	<u>9.639.261</u>	<u>3.237.484</u>	<u>1.391.862</u>	<u>111.316</u>	<u>14.379.923</u>
Garantias e créditos documentários a empresas					
Vincendo	2.191.615	393.881	58.298	-	2.643.794
	<u>2.191.615</u>	<u>393.881</u>	<u>58.298</u>	<u>-</u>	<u>2.643.794</u>
Retalho					
Crédito à habitação					
Vincendo	11.506.620	267.454	693.306	-	12.467.380
Vencido	3.404	7.200	41.414	-	52.018
	<u>11.510.024</u>	<u>274.654</u>	<u>734.720</u>	<u>-</u>	<u>12.519.398</u>
Crédito ao consumo					
Vincendo	1.134.411	14.917	96.196	-	1.245.524
Vencido	926	3.110	23.713	-	27.749
	<u>1.135.337</u>	<u>18.027</u>	<u>119.909</u>	<u>-</u>	<u>1.273.273</u>
Pequenos negócios					
Vincendo	1.858.011	81.390	302.472	-	2.241.873
Vencido	2.273	8.988	111.735	-	122.996
	<u>1.860.284</u>	<u>90.378</u>	<u>414.207</u>	<u>-</u>	<u>2.364.869</u>
Outros créditos					
Vincendo	2.519.726	335.436	266.722	-	3.121.884
Vencido	14.480	13.898	74.501	-	102.879
	<u>2.534.206</u>	<u>349.334</u>	<u>341.223</u>	<u>-</u>	<u>3.224.763</u>
Garantias prestadas					
Vincendo	189.450	-	-	-	189.450
Sector Público					
Vincendo	1.035.426	176	-	-	1.035.602
Vencido	-	19	16	-	35
	<u>1.035.426</u>	<u>195</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>1.035.637</u>
Total crédito vincendo	<u>30.059.683</u>	<u>4.268.987</u>	<u>2.389.898</u>	<u>111.316</u>	<u>36.829.884</u>
Total crédito vencido	<u>35.920</u>	<u>94.966</u>	<u>670.337</u>	<u>-</u>	<u>801.223</u>
Total de crédito	<u>30.095.603</u>	<u>4.363.953</u>	<u>3.060.235</u>	<u>111.316</u>	<u>37.631.107</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento”
 - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
 - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- “Créditos com incumprimento”
 - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
 - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 8, a rubrica “Crédito vencido” inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo de créditos aos quais foi atribuída imparidade específica através de análise individual totalizaram mCve. 7.435.359, ascendendo a imparidade a mCve. 1.479.625. Conforme descrito na Nota 2.2. d) os créditos objecto de análise individual aos quais não foi atribuída imparidade específica foram englobados numa análise colectiva. Na coluna “Outros Saldos” foi considerado o valor de balanço bruto de créditos concedidos a entidades do grupo que não foram incluídos na análise no âmbito do modelo de imparidade desenvolvido pelo Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

2010				
	Saldos analisados			Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5.862.769	5.862.769	-	5.862.769
Disponibilidades em outras instituições de crédito	755.890	755.890	-	755.890
Activos financeiros disponíveis para venda	6.066.254	6.066.254	-	55.245
Aplicações em instituições de crédito	5.745.534	5.745.534	-	-
Títulos de dívida pública	5.293.748	5.253.372	(40.376)	-
Crédito a clientes	38.120.017	37.805.254	(314.763)	(338.924)
	<u>61.844.212</u>	<u>61.489.073</u>	<u>(355.139)</u>	<u>(283.679)</u>
				<u>61.560.533</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	331.099	299.128	(31.971)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.660.904	55.674.063	13.159	-
Outros passivos subordinados	500.886	549.512	48.626	(1.342)
	<u>56.492.889</u>	<u>56.522.703</u>	<u>29.814</u>	<u>(1.342)</u>
				<u>56.491.547</u>
2009				
	Saldos analisados			Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço
<u>Activo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.650.707	9.650.707	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	348.608	348.608	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6.729.795	6.729.795	-	51.042
Aplicações em instituições de crédito	1.418.524	1.418.524	-	-
Títulos de dívida pública	5.226.315	5.219.002	(7.313)	-
Crédito a clientes	35.764.208	35.257.287	(506.921)	285.204
	<u>59.138.157</u>	<u>58.623.923</u>	<u>(514.234)</u>	<u>336.246</u>
				<u>59.474.403</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	500.928	515.658	14.730	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	53.187.265	53.140.823	(46.442)	-
	<u>53.688.193</u>	<u>53.656.481</u>	<u>(31.712)</u>	<u>-</u>
				<u>53.688.193</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
 - O justo valor dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira foi determinado pelo Banco com base no valor do capital próprio divulgado no relatório anual do “International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund” ajustado pelo diferencial face ao valor de mercado das obrigações detidas pelo Fundo;
 - As acções da VISA foram valorizadas com base na cotação em bolsa;
 - A participação na Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. foi registada ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade de mCve. 10.841, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.
 - O valor das acções da Sociedade Caboverdiana de Tabacos, apurado com base na respectiva cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde nessa data, era inferior ao valor de balanço em mCve. 2.517 e mCve. 1.808, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respectivamente. O Banco manteve as acções ao custo histórico, considerando que a empresa tem-se mantido estável, tendo inclusivamente distribuído dividendos, e pela reduzida liquidez do título na Bolsa de Valores de Cabo Verde.
 - As participações no Fundo G.A.R.I. e na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L., face ao seu reduzido valor de balanço, foram registadas ao custo histórico.
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Banco com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, tendo em consideração as taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido, líquido das provisões constituídas.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 “basis points”(bps), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2010					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.717.310	810.928	394.403	(646.845)	(728.548)	(1.112.706)
<u>Total activo sensível</u>	<u>1.717.310</u>	<u>810.928</u>	<u>394.403</u>	<u>(646.845)</u>	<u>(728.548)</u>	<u>(1.112.706)</u>

	2009					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.303.485	614.777	298.839	(282.976)	(551.221)	(1.034.292)
<u>Total activo sensível</u>	<u>1.303.485</u>	<u>614.777</u>	<u>298.839</u>	<u>(282.976)</u>	<u>(551.221)</u>	<u>(1.034.292)</u>

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de activos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 1200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2010	(276.562)	(133.136)	(61.423)	82.003	153.716	297.142
Exercício de 2009	(218.255)	(109.128)	(54.564)	54.564	109.128	218.255

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os activos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o “spread” médio das operações vivas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adoptar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2010				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5.332.655	414.864	75.997	39.253	5.862.769
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46.560	290.386	397.695	21.249	755.890
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.132.340	-	-	-	6.132.340
Aplicações em instituições de crédito	5.048.516	271.700	425.318	-	5.745.534
Títulos de dívida pública	5.293.748	-	-	-	5.293.748
Crédito a clientes (valores brutos)	39.058.557	1.159.846	33.436	-	40.251.839
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	203.774	-	-	-	203.774
Outros activos	1.510.510	-	205.662	-	1.716.172
Imparidade acumulada	(2.616.692)	(88.074)	(2.022)	(883)	(2.707.671)
	<u>60.009.968</u>	<u>2.048.722</u>	<u>1.136.086</u>	<u>59.619</u>	<u>63.254.395</u>
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(133.535)	(196.193)	(1.371)	-	(331.099)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(53.470.969)	(1.255.109)	(928.772)	(6.144)	(55.660.994)
Outros passivos subordinados	(499.544)	-	-	-	(499.544)
Outros passivos	(325.182)	(287.039)	(141.107)	(22.799)	(776.127)
	<u>(54.429.230)</u>	<u>(1.738.341)</u>	<u>(1.071.250)</u>	<u>(28.943)</u>	<u>(57.267.764)</u>
Exposição líquida	<u>5.580.738</u>	<u>310.381</u>	<u>64.836</u>	<u>30.676</u>	<u>5.986.631</u>

	2009				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9.288.687	298.527	48.662	14.831	9.650.707
Disponibilidades em outras instituições de crédito	105.125	76.716	153.793	12.974	348.608
Activos financeiros disponíveis para venda (valores brutos)	6.791.678	-	-	-	6.791.678
Aplicações em instituições de crédito	448.725	113.513	856.286	-	1.418.524
Títulos de dívida pública	5.226.315	-	-	-	5.226.315
Crédito a clientes (valores brutos)	37.165.930	1.068.594	42.342	-	38.276.866
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	161.210	-	-	-	161.210
Outros activos	1.391.760	20.548	121.143	-	1.533.451
Imparidade acumulada	(2.303.612)	(98.335)	(2.724)	(715)	(2.405.386)
	<u>58.275.818</u>	<u>1.479.563</u>	<u>1.219.502</u>	<u>27.090</u>	<u>61.001.973</u>
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	(279.187)	(220.274)	(1.270)	(197)	(500.928)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(50.788.828)	(1.295.309)	(1.095.748)	(7.380)	(53.187.265)
Outros passivos	(657.204)	(44.708)	(97.056)	(13.900)	(812.868)
	<u>(51.725.219)</u>	<u>(1.560.291)</u>	<u>(1.194.074)</u>	<u>(21.477)</u>	<u>(54.501.061)</u>
Exposição líquida	<u>6.550.599</u>	<u>(80.728)</u>	<u>25.428</u>	<u>5.613</u>	<u>6.500.912</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)37. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro com referência a 1 de Janeiro de 2009 pode ser resumido como segue:

	Nota	
Saldos de acordo com o PCSB		3.137.229
Impacto da adopção das NIRF		
Imóveis e outros activos tangíveis	(a)	(9.429)
Activos intangíveis	(b)	(2.556)
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(c)	(260.696)
Impostos diferidos	(d)	390.405
Valorização da carteira de títulos	(e)	383.697
Investimento em associadas	(f)	65.930
Benefícios dos empregados:		
Pensões de reforma	(g)	(1.396.084)
Assistência médica	(g)	124.117
Imparidade de crédito a clientes	(h)	(52.274)
Outros	(i)	36.977
		<u>(719.913)</u>
Saldos de acordo com NIRF - contas pró-forma		<u><u>2.417.316</u></u>

- (a) Os ajustamentos de transição relativo a imóveis e outros activos tangíveis pode ser decomposto da seguinte forma:

Activos tangíveis	
Alteração da vida útil	32.503
Imparidade de imóveis de serviço próprio	(41.506)
Outros	(426)
	<u>(9.429)</u>

De acordo com a Norma IAS 16, a amortização dos activos tangíveis deve ser baseada na sua vida útil estimada (sujeita a revisão periódica), reflectindo o padrão pelo qual os benefícios económicos gerados pela utilização do activo são consumidos pela entidade. O Banco efectuou uma revisão da vida útil atribuída a activos tangíveis, nomeadamente edifícios de serviço próprio, os quais passaram a ser capitalizados em 50 anos em detrimento de 25 anos, tendo as alterações sido efectuadas com efeito prospectivo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

O Banco obteve avaliações para a sua carteira de imóveis de serviço próprio. Nos casos em que foram apuradas menos-valias potenciais significativas face ao valor de balanço, líquido de amortizações, foi registada imparidade, sempre que a rentabilidade das respectivas unidades operacionais não é suficiente para recuperar a referida menos-valia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

- (b) A Norma IAS 38 impõe requisitos bastante restritivos para o registo de activos intangíveis, quando comparados com as Normas anteriores.

Com referência à data de transição, o Banco efectuou uma revisão detalhada de todos os montantes capitalizados nesta rubrica, verificando o respectivo enquadramento face às regras da Norma IAS 38.

Em resultado desta análise, foram anulados por contrapartida de resultados transitados valores não elegíveis para registo no âmbito das NIRF, nomeadamente custos plurianuais, despesas de constituição e despesas com manutenção de software.

- (c) Conforme referido na Nota 2.2. n), de acordo com as NIRF o Banco passou a diferir as comissões cobradas na originação de operações de crédito ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado um levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2008, tendo sido calculado e registado o correspondente proveito diferido.
- (d) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Cabo Verde, o Banco não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos no âmbito da Norma IAS 12, relativos aos ajustamentos para conversão para NIRF (Nota 13).
- (e) Na sequência da transição para as NIRF, o Banco procedeu à classificação dos instrumentos financeiros nas diversas categorias permitidas pela Norma IAS 39, tendo registado ao justo valor acções anteriormente classificadas como títulos de investimento, participações financeiras e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.2. c). A valorização dos instrumentos classificados em “Activos financeiros disponíveis para venda” foi registada por contrapartida de reservas de reavaliação.
- (f) Este impacto resulta da valorização das participações do Banco na Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L e na SISF – Sociedade Interbancária de Sistema de Pagamentos, S.A.R.L., classificadas como investimento em associadas, no âmbito da Norma IAS 28 (Nota 12).
- (g) Os benefícios dos empregados são regulados pela Norma IAS 19. Relativamente às responsabilidades com pensões, a aplicação desta norma com referência a 1 de Janeiro de 2008 teve os seguintes impactos:

Insuficiência de cobertura de responsabilidades em PCSB	(643.141)
Fundo de reestruturação	18.394
	<u>(624.747)</u>
Alteração dos pressupostos actuariais	(867.254)
	<u><u>(1.492.001)</u></u>

Até 31 de Dezembro de 2007, o Banco vinha a recuperar a insuficiência de cobertura de responsabilidades, ao longo de um período de 16 anos, contado a partir do exercício de 2001, a qual ascendia a mCve. 643.141. Com a adopção das NIRF o Banco reconheceu a totalidade da insuficiência por contrapartida de resultados transitados.

Adicionalmente, de acordo com os requisitos específicos da IAS 19, o Banco efectuou uma análise da adequação dos seus pressupostos actuariais e precedeu às necessárias alterações, com referência a 1 de Janeiro de 2008.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Os pressupostos actuariais incluíram as alterações da taxa de crescimento dos salários e das pensões e da adopção de uma tábua de mortalidade actualizada, tal como segue:

	PCSB	NIRF
Tábua de mortalidade	PF 60/64	TV 70/73
Taxa de crescimento dos salários	3%	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	3%	2,5%

Assistência médica pós-emprego

Em 31 de Dezembro de 2007, o Banco tinha uma provisão constituída para responsabilidades com saúde no montante de mCve. 261.589. Com a introdução das NIRF, as respectivas responsabilidades foram calculadas de forma similar às responsabilidades com pensões, tendo sido apurado um excesso de cobertura de responsabilidades de mCve. 110.509, o qual foi reconhecido por contrapartida de resultados transitados.

- (h) Com a introdução das NIRF, o Banco deixou de constituir provisões para riscos de crédito de acordo com o Aviso nº 4/2006, de 13 de Novembro e com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 6/2007, passando a ser registada imparidade de acordo com as regras diferidas pela Norma IAS 39, que incluem entre outros aspectos, o registo de imparidade por análise colectiva e a obrigatoriedade de considerar o efeito temporal na determinação das expectativas de recuperação. O montante de imparidade apurado de acordo com a metodologia adoptada pelo Banco com referência à data de transição foi superior às provisões anteriormente registadas em mCve. 52.274.
- (i) De acordo com o estabelecido no âmbito do acordo celebrado entre a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Estado de Cabo Verde, até 2009 o accionista Estado procedeu à aplicação dos dividendos recebidos para financiar os encargos do Banco com o processo de reestruturação interna na sequência da privatização. Em PCSB, esta contribuição era registada no passivo. Com a adopção das NIRF, a aplicação dos dividendos é registada por contrapartida de capitais próprios na rubrica “Outras reservas”, tendo no exercício de 2008 ascendido a mCve. 32.477.

Com a introdução das NIRF o Banco efectuou uma análise detalhada dos seus imóveis com vista à sua classificação nas categorias previstas nas diversas normas que regulam estes activos. Apesar da maior parte dos imóveis ter permanecido classificada como imóveis de serviço próprio, foram identificados alguns terrenos desocupados, os quais foram classificados como propriedades de investimento, passando a estar reflectidos pelo justo valor, o qual foi determinado com base em avaliações. Em resultado desta classificação, foram reconhecidas mais-valias de mCve. 1.626 com referência a 31 de Janeiro de 2008.

38. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da actividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o accionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da actividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;
- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua actividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito. De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

$$[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)] \times 100$$

Em que:

FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.

VAPRC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Crédito.

VAPRTC – Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

VEAPRO – Valor Equivalente em Activos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direcção Financeira e Internacional (DFI), mais concretamente pela Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão (DPG), com o contributo da Divisão Internacional e Liquidez (DIL) no que concerne à determinação do Valor dos Activos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Activos Ponderados pelo Risco de Crédito, Activos Ponderados pelo Risco de Mercado e Activos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respectivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de Dezembro de 2010:

(valores em milhares de escudos)			
Capital realizado	1.318.648		
Prémios de emissão de acções e outros títulos	0		
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos	2.364.923		
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores			
Resultados positivos do último exercício			
Resultados positivos provisórios do exercício em curso	350.634		
Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas	285.562		
Interesses minoritários ⁽¹⁾			
SOMA		4.319.767	
Activos intangíveis	15.792		
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores			
Resultados negativos do último exercício			
Resultados negativos provisórios do exercício em curso			
Insuficiência de provisões	479.378		
Reservas de reavaliação negativas			
Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas	71.344		
Acções próprias			
Diferenças positivas de primeira consolidação ⁽¹⁾			
Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial ⁽¹⁾			
SOMA		566.514	
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO			3.753.253
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer			
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS			3.753.253
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis	0		
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro			
Empréstimos subordinados e acções preferenciais	500.000	500.000	
Outras reservas de reavaliação		691	
Outros elementos			
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES		500.691	500.691
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES			4.253.945
Participações a deduzir:			
Superiores a 10 % do capital		50.786	
Inferiores ou iguais a 10 % do capital	39.370	0	50.786
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	5.129		5.129
Fundos próprios destinados a coberturas específicas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99)			
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007)			
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO			4.198.029
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007)			
FUNDOS PRÓPRIOS			4.198.029

⁽¹⁾ Apenas para a determinação de fundos próprios em base consolidada e base consolidada ajustada

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adopção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adopção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Activos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14 de Março, é de 300 milhões de Escudos de Cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

O Banco prosseguiu, após privatização, com um capital social de 1 milhão de Escudos de Cabo Verde. Em 2009 foi aumentado em mais 324 mil Escudos de Cabo Verde, com o objectivo de assegurar uma estrutura de capital sólida que sustente a dimensão e o crescimento da actividade.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do activo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respectivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 10%.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de Dezembro de 2009, ascende a 3,2 milhões de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Activo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 10,06%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, pelo que não são ainda exigidas algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de auto-avaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco, ou mesmo a utilização de *ratings* externos para aferição dos ponderadores de risco de crédito.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua actuação pela adopção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.

Perante isso, e considerando o efeito positivo esperado da gestão do capital e melhoria da qualidade dos Activos e dos Passivos, o Banco criou a Direcção de Gestão de Risco cuja actuação poderá se revelar uma vantagem competitiva para a instituição.